

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO Nº 98/2025

PROTOCOLO SAP Nº 1000000174

ASSUNTO: FASE EXTERNA DE CERTAME LICITATÓRIO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO EM PINTURA, COBERTURA E LAVAGENS DAS EDIFICAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
INTERESSADOS: APPA/DEM

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de intenção de contratação de empresa especializada para a manutenção em pintura, cobertura e lavagens das edificações da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).
2. Após manifestação da DJU por meio do parecer 29/2025 quanto a possibilidade de prosseguimento do certame, sucederam os seguintes eventos, em síntese:

ETAPA
Autorização para deflagração da fase externa do certame
Edital de Licitação e publicação no DIOE
Histórico da sessão pública da licitação
Envio da proposta ajustada e documentação da empresa arrematante
Análise da proposta e habilitação
Manifestação da CPLC

1

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

Declaração de vencedor
Prazo recursal
Recursos
Julgamentos do recursos pela CPLC

3. Compulsando as peças que instruem o presente protocolo, verifica-se que todos os ritos editalícios foram cumpridos e que houve interposição de recurso pela empresa **CAMILA VENTURIN ZAPPELINI PAIVA LTDA.**

4. A empresa **MALINSKI DUARTE LTDA** apresentou contrarrazões.

5. A CPLC negou provimento ao recurso e remeteu o protocolo à DJU.

6. É, em síntese, o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

II.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

7. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

8. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de

2

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

9. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

10. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

11. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

12. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

13. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

14. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

15. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

16. Insta frisar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, por fim, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

17. Por fim, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

II.2 - DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA

18. A empresa **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA** sustenta que a empresa habilitada (**MALINSKI DUARTE LTDA**) não reúne as condições legais e editalícias para participar da licitação, fundamentando sua alegação nos seguintes pontos:

- a) A **MALINSKI DUARTE LTDA** teria se declarado indevidamente como Empresa de Pequeno Porte (EPP), mesmo apresentando, em seus demonstrativos contábeis, receita bruta superior ao limite de R\$ 4.800.000,00, estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006. Essa falsa declaração, segundo a recorrente, resultou em vantagem indevida, violando os princípios da isonomia, legalidade e moralidade administrativa, e podendo até configurar fraude, com base no Código Penal e em jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU);
- b) Há inconsistências na documentação societária da empresa habilitada, destacando que o contrato social apresentado estaria desatualizado, com divergência entre o NIRE informado e os dados constantes na certidão simplificada da Junta Comercial. Essa suposta irregularidade comprometeria a verificação da representação legal da empresa e sua regularidade jurídica, o que, para a recorrente, seria suficiente para sua inabilitação;
- c) A certidão apresentada pela **MALINSKI DUARTE LTDA** não reflete a atual composição societária, contrariando o disposto nas normas do CONFEA/CREA e nas exigências do próprio edital, prejudicando a comprovação da capacidade técnica exigida para o objeto da licitação;

5

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

19. Por fim, a recorrente sustenta que a manutenção da habilitação da empresa recorrida, diante das irregularidades apontadas, afronta os princípios que regem as licitações, especialmente legalidade, isonomia, moralidade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório, além de comprometer a integridade do procedimento licitatório, requerendo a inabilitação da **MALINSKI DUARTE LTDA**.

20. A empresa recorrida, **MALINSKI DUARTE LTDA**, declarada vencedora do certame, apresentou contrarrazões ao recurso interposto por **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA (HP MULTISERVICE)**, buscando demonstrar a regularidade de sua habilitação e a improcedência das alegações formuladas pela recorrente. Em síntese, a recorrida sustentou o seguinte:

- a)** O contrato social apresentado está plenamente atualizado e registrado, conforme comprovado por meio de certidão específica da Junta Comercial. Informa ainda que os dados constantes no registro do CREA-PR refletem fielmente a composição societária vigente;
- b)** Está regularmente enquadrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme demonstrado por documentação fiscal e societária. No entanto, não utilizou qualquer benefício da LC 123/2006 para obter vantagem no certame, tendo vencido com a proposta mais vantajosa independentemente de preferências legais;
- c)** Atendeu integralmente às exigências editalícias, observando os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Argumenta que as alegações da recorrente são genéricas, protelatórias e destituídas de base técnica ou jurídica, caracterizando mero inconformismo com o resultado do certame;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

21. Por fim, requereu a improcedência do recurso interposto pela **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA** e a manutenção da decisão que a declarou vencedora do certame.

22. O julgamento do recurso interposto no âmbito do Pregão Eletrônico nº 174/2025 foi conduzido pela CPLC, que analisou os pontos levantados pela recorrente **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA** em face da habilitação da empresa **MALINSKI DUARTE LTDA**.

23. No tocante à alegação de inconsistência no contrato social e entre o contrato social e o registro no CREA-PR da empresa habilitada, a CPLC constatou que não há qualquer divergência ou irregularidade nos documentos apresentados. Ademais, as informações constantes no registro da empresa junto ao CREA-PR, como o capital social e o número da alteração contratual, encontram-se devidamente atualizadas e corretas, refletindo a realidade da sociedade empresária.

24. Quanto à questão do enquadramento da recorrida como Empresa de Pequeno Porte (EPP), a CPLC ressaltou que a empresa **MALINSKI DUARTE LTDA** não usufruiu de qualquer benefício relacionado ao regime de favorecimento das microempresas e empresas de pequeno porte durante a disputa, não havendo, portanto, prejuízo à isonomia entre os licitantes.

25. Por fim, a Comissão reafirmou o compromisso da Administração com a estrita observância dos princípios que regem a atividade licitatória, como a transparência, a legalidade, a vinculação ao edital e o julgamento objetivo. Destacou-se que todos os participantes do certame se submeteram às mesmas condições estabelecidas no instrumento convocatório e que, dessa forma, não houve qualquer afronta aos princípios da igualdade ou da ampla competitividade.

26. Com base nessa análise, a CPLC concluiu pela regularidade da habilitação da empresa **MALINSKI DUARTE LTDA**, conhecendo o recurso interposto pela

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

recorrente, mas negando-lhe provimento, mantendo, assim, a recorrida como empresa vencedora.

27. **Ante o exposto, considerando que restou demonstrado o atendimento aos requisitos de habilitação por meio das respectivas comprovações e conferências realizadas pelos departamentos competentes e que não cabe à DJU a reanálise ou auditoria de tais atos**, opina-se pelo acolhimento da decisão da CPLC quanto ao não provimento do recurso.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III – CONCLUSÃO

28. Através da análise promovida neste parecer, verifica-se que até o presente momento o certame licitatório em questão observou todas as normas aplicáveis, especialmente o contido na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

29. Ante o exposto, conclui-se que o protocolo poderá seguir para deliberação da gestão para que, se assim entender, acolha a decisão da CPLC, indeferindo o recurso interposto pela empresa **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA**, formalizando a homologação do resultado do certame com a consequente adjudicação do lote em disputa em favor da empresa **MALINSKI DUARTE LTDA**, com o valor de **R\$ 8.028.520,00** (oito milhões, vinte e oito mil, quinhentos e vinte reais).

Paranaguá, 25 de abril de 2025.

VITÓRIA MASS SPISILA
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assinado digitalmente

MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES
ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO
Assinado digitalmente

RODRIGO DI PIERO MENDES
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO
Assinado digitalmente

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO
Assinado digitalmente

COMUNICAÇÃO INTERNA 522/2024.

Documento: **PARECERFASEEXTERNAPINTURACOBERTURAE LAVAGENS SAP1000000174.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 26/04/2025 16:05 Local: APPA/DJU, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 28/04/2025 14:42.

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 25/04/2025 17:57, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 25/04/2025 18:28.

Inserido ao documento **730.178** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 25/04/2025 17:57.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

1bfbbce89cb5518561e8e413bab35c.